

Conjuntura Aumento da massa salarial colabora para alta de fevereiro

# Arrecadação sobe 1,3% em fevereiro e tem novo recorde

Matheus Schuch  
De Brasília

A arrecadação federal de impostos somou R\$ 158,995 bilhões em fevereiro e atingiu o maior patamar da série histórica iniciada em 1995. O aumento real foi de 1,28% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No bimestre, o recolhimento de tributos chegou a R\$ 410,739 bilhões, alta real de 1,19% em relação aos dois primeiros meses de 2022.

Segundo a Receita Federal, o desempenho da arrecadação no mês passado foi puxado pela arrecadação atípica de R\$ 2 bilhões em Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além disso, o atual nível da taxa básica de juros (Selic), que antontem foi mantida pelo Banco Central em 13,75% ao ano, contribuiu para elevação de

12% do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimento de capital — incidentes sobre aplicações financeiras — totalizando R\$ 14,08 bilhões.

A receita previdenciária também pesou favoravelmente para o desempenho do período, com crescimento de 6,28%, para R\$ 46 bilhões. O avanço é reflexo do aumento da massa salarial.

“A avaliação é positiva porque todos os números estão em linha com nossas projeções e a gente percebe que o desempenho da atividade econômica continua sendo determinante para o resultado da arrecadação. Neste mês de fevereiro tivemos a surpresa positiva da massa salarial, o que significa que a atividade econômica também vem acompanhada de um nível de emprego”, disse o coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide.

Por outro lado, o governo dei-



Marcelo Gomide, coordenador da Receita: “Desempenho da atividade econômica continua sendo determinante para o resultado da arrecadação”

xou de arrecadar R\$ 24,094 bilhões com desoneração tributária nos dois primeiros meses deste ano ante R\$ 12,850 bilhões do mesmo período do ano passado. Somente em fevereiro deste ano, as desonerações somaram R\$ 12,525 bilhões.

No bimestre, as fontes de renúncia do governo federal no acumulado de 2023 foram: Imposto sobre Produtos Industrializados (R\$ 3,8 bilhões); PIS/Cofins e Cide (R\$ 7,5 bilhões); folha de salários (R\$ 1,479 bilhões); planos de saúde (R\$ 534 milhões); tributação de participação de lucros e resultados (R\$ 527 milhões); depreciação acelerada de

bens de capital (R\$ 378 milhões); outros, no qual entra o Simples Nacional (R\$ 10,685 bilhões). Com a reatuação dos combustíveis em vigor desde o início deste mês, o impacto será percebido nos próximos balanços.

Em relação às importações de combustíveis, em que o fato gerador é diário, o impacto se dará já na divulgação do próximo mês. No caso PIS/Cofins, o efeito deve ser verificado em abril, com divulgação em maio.

A Receita Federal ainda espera que até este mês a arrecadação sobretudo de contribuição social e Imposto de Renda “continue espelhando o resultado de

2022”, ano em que determinados setores da economia apresentaram resultados que ainda se refletem neste ano.

O economista do BTG Pactual Fábio Serrano destacou que, excluindo receitas extraordinárias, a arrecadação recorrente desacelerou de 7% ao ano em janeiro para 2,5% ao ano em fevereiro. Já a receita recorrente real passou de 7,0% para 5,2% no mês.

“A desaceleração no ano pode ser atribuída ao comportamento dos impostos sobre renda corporativa (IRPJ/CSLL), movimento já esperado dado a desaceleração da atividade e inflação. A contribuição do PIS/Cofins tam-

bém foi relevante, já que em janeiro/fevereiro de 2022 o governo ainda contava com a arrecadação sobre combustível”, pontuou Serrano, em nota de avaliação dos resultados.

Embora espere resultados positivos para a arrecadação federal nos próximos meses, o economista do Santander Ítalo Franca acredita que deverá ocorrer desaceleração no crescimento mensal (reduzindo os efeitos positivos defasados) devido ao menor nível de atividade econômica e queda nos preços das commodities. “O cenário é altamente dependente do desempenho das commodities”, afirmou.

## Regra fiscal só depende de aval de Lula, diz Tebet

Edna Simão  
De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que a “moldura” do arcabouço fiscal está “muito boa” e depende de análise dos parâmetros a partir de decisão política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “esticar um pouquinho mais ou de espremer um pouquinho”.

O novo arcabouço deve ser apresentado quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornar de viagem à China.

Tebet reforçou que o modelo que vem está saindo do Ministério da Fazenda tem “todo aval” da pasta do Planejamento.

A ministra ainda destacou o esforço que o governo está fazendo para reduzir gastos e que isso vem sendo concentrado em corte de supérfluo. Segunda ela, neste momento em que o país não

crece e há 33 milhões de pessoas passando fome não é a hora de falar em cortes de gastos.

“É hora de falar de qualidade de gasto. O corte que estamos fazendo é no supérfluo, na gestão, em relação à máquina pública.”

De acordo com a ministra, o déficit primário do governo central pode fechar o ano em R\$ 120 bilhões, considerando ajustes como o reajuste do salário mínimo que deverá ser concedido a partir de maio.

Na quarta-feira, 22, a equipe econômica divulgou o primeiro relatório bimestral sobre o comportamento das receitas e despesas esperados para o ano e reduziu a previsão de déficit primário de R\$ 228,1 bilhões para R\$ 107,6 bilhões. Ela ressaltou que o déficit vai cair de 2,3% do PIB para 1% do PIB.

“O relatório bimestral projeta que um dos objetivos nossos de reduzir o déficit fiscal

já começa a acontecer”, destacou a ministra, após participar de evento no Congresso Nacional sobre gestão pública. “É mera projeção, mas está caminhando no sentido que nós queremos.”

A ministra ressaltou que a dívida do país preocupa e que a relação dívida/PIB ainda está num patamar elevado. Neste cenário, é preciso ter responsabilidade e equilíbrio para fazer investimentos sem pressionar a inflação, segundo ela.

“Todos os gastos que estamos fazendo no momento são gastos impositivos”, destacou, acrescentando que portaria interministerial prevê que os ministérios façam uma revisão dos restos a pagar, programas, ações que foram realizadas e que estavam sendo realizadas, e contratos no ano passado para ver a legalidade e se ainda são necessários.

Questionada sobre se seria

possível reduzir os juros com um déficit fiscal de R\$ 120 bilhões previsto para o ano, Tebet disse que esse déficit já estava precipitado com a aprovação da PEC da Transição no fim do ano passado. Segundo a ministra, a PEC veio para se fazer o que era necessário já que os servidores não tinham aumento de salários há quatro anos e era preciso reforçar orçamento de programas como o Minha Casa, Minha Vida para atender a população mais carente.

No caso do MCMV, ela falou que o governo passado não abriu em quatro anos a contratação de casas populares para famílias com renda mensal de até R\$ 1,5 mil. Para atender esse público mais carente, o orçamento do programa foi reforçado em R\$ 10 bilhões. “Todos os recursos colocados na PEC, que geraram déficit fiscal, são recursos de programas fundamentais e sociais.”

## Fazenda projeta redução nos dividendos do BNDES

Lu Aiko Otta  
De Brasília

O governo reduziu em R\$ 4,4 bilhões a expectativa de receitas com pagamento de dividendos pelo BNDES ao Tesouro Nacional em 2023. A queda se deve “à alteração no percentual de distribuição”, segundo informa o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, cuja íntegra foi divulgada na noite de quarta-feira, 22.

O Valor pediu ao Ministério da Fazenda mais detalhes sobre a redução, mas não recebeu resposta. O BNDES respondeu que a questão deveria ser encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional.

BNDES e Fazenda discutem o valor dos dividendos a serem recolhidos este ano, segundo informou o presidente do banco, Aloizio Mercadante, no dia 15, durante a divulgação dos resultados de 2022. Ele questionou por que a instituição deveria transferir o máximo permitido, 60% do lucro, e não o mínimo, 25%. A diferença entre um e outro é de R\$ 14 bilhões.

O valor menor a ser transferido pelo banco foi mais do que pensado pelas altas de R\$ 8,6 bi-

lhões na previsão de dividendos da Petrobras e R\$ 1,6 bilhão do Banco do Brasil. A expectativa de receitas com dividendos e participações ficou R\$ 6,2 bilhões maior do que o previsto na lei orçamentária.

Dividendos integram o grupo de recursos da União não diretamente administrados pela Receita Federal. Também fazem parte dele os ingressos com concessões e permissões e royalties, entre outros.

No total, as receitas não administradas pela Receita Federal somarão R\$ 303,9 bilhões neste ano, R\$ 18,8 bilhões a mais que o inicialmente previsto. Além dos dividendos, está prevista elevação de R\$ 28 bilhões em “outras receitas”.

Nessa conta entram R\$ 26 bilhões em recursos abandonados do PIS/Pasep, cuja incorporação foi autorizada pela Emenda Constitucional 126, a PEC da Transição.

Houve queda na previsão de recursos com a exploração de recursos naturais, que recuaram R\$ 16,3 bilhões, devido a queda de R\$ 14 bilhões nas receitas com participação especial na exploração de petróleo, “em razão das baixas expectativas para o preço do Brent no mercado internacional.



### Aviso de Licitação Solicitação de Ofertas (SO)

BRASIL

Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Curitiba – Projeto de Aumento da Velocidade e Capacidade da Linha Inter2.  
4958/OC-BR  
Estação Protótipo Agrárias – CP LPN 003/2023 – IPPUC/BID

Este Aviso de Licitação segue o Aviso Geral de Aquisições para este Projeto publicado no Development Business, edição no. IDB-P750938-06/21 de 02 de junho de 2021.

O IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA torna público, para conhecimento dos interessados que está promovendo licitação nas diretrizes de contratação do BID, visando à seleção e contratação de empresa, na modalidade Desenho e Construção, para o desenvolvimento dos seguintes serviços: **elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, serviços de execução (construção) e operação assistida, objetivando análise em escala real de protótipo de um novo modelo de estação para o transporte público coletivo de Curitiba, a ESTAÇÃO PROTÓTIPO AGRÁRIAS DA LINHA DIRETA INTER 2, assim como o desenvolvimento dos projetos executivos das demais estações pertencentes a referida linha de transporte.** A referida estação conta com área interna total aproximada de 58,00m<sup>2</sup> e área externa (entorno) ocupando aproximadamente 450 metros da via pública, contemplando total acessibilidade, segurança viária e funcionalidade. Esta contratação é ação integrante do Contrato de Financiamento 4958-OC/BR celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

O valor estimado para esta licitação é de R\$ 5.927.202,58 (cinco milhões novecentos e vinte e sete mil duzentos e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Os envelopes de “oferta” e demais documentos, deverão ser protocolados no “SERVIÇO DE PROTOCOLO” do IPPUC, situado na Rua Bom Jesus, 669 - Bairro Juvevê - Curitiba - Paraná, até às 09:00h do dia 25/04/2023. Os envelopes de oferta serão abertos em sessão pública às 09:30h do mesmo dia 25/04/2023, no Auditório deste IPPUC, situada no endereço acima mencionado. O Edital, bem como os documentos complementares encontram-se disponíveis para “download” no site utag.ippuc.org.br no menu “transparência” no ícone BID, no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone “Licitações”, ou junto à UTAG – Unidade Técnica Administrativa de Gerenciamento, no endereço acima mencionado e também pelo telefone 41 3250 1436 ou pelo email utag@ippuc.org.br.

Curitiba, 24 de março de 2023.

Luiz Fernando de Souza Jamur  
Presidente do IPPUC

### COPRIMAR COMERCIO DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR LTDA.

CNPJ nº 30.573.537/0001-01

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS.** Ficam convocados os sócios da COPRIMAR COMERCIO DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR LTDA. (“Sociedade”) a reunirem-se em Reunião Ordinária e Extraordinária de Sócios, a ser realizada às 15:00 (quinze) horas do dia 24 de abril de 2023, de forma híbrida, podendo o sócio participar presencialmente na sede na Sociedade localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia Curitiba - Abade - S/N, Bairro Pedreira, CEP 68.750-000, ou de forma remota, virtualmente, pela plataforma Zoom, através do envio prévio de link para acesso dos sócios, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Reunião Ordinária de Sócios:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Deliberar sobre o resultado do exercício social da Sociedade, encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Aviso aos Sócios:** Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Reunião ora convocada, exigidos nos termos do artigo 1.078, §1º do Código Civil, encontram-se à disposição. **Em Reunião Extraordinária de Sócios:** a) Deliberar e Aprovar o aumento de capital social da Sociedade, em decorrência da situação econômico-financeira, conforme evidenciada igualmente nas demonstrações financeiras auditadas, no montante mínimo de R\$ 20.000.000,00; b) Discutir e deliberar acerca das perspectivas, contingências e atividades operacionais da Sociedade para o ano de 2023. **Aviso aos Sócios:** Após a deliberação do item “a” da Reunião Extraordinária, os Sócios terão prazo de 30 (trinta) dias para exercer o seu direito de preferência em participar do aumento de capital, na proporção de suas quotas, nos termos do artigo 1.081, §1º, do Código Civil. Curitiba/PA, 24 de março de 2023. **Adriano Maximino Paludo** - Diretor; **Adroaldo Antônio Paludo** - Diretor.



### Unimed Participações S.A.

CNPJ/ME nº 27.569.369/0001-76 - NIRE nº 35300503511 (“Companhia”)

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos srs. acionistas da Companhia que os documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGOE encontram-se à disposição na sede social da Companhia, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346, Cerqueira César, São Paulo/SP, e no endereço eletrônico da Companhia. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável foi, oportunamente, realizada pela Companhia nos jornais costumeiros, em conformidade com o art. 133 da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 24 de março de 2023  
**Adelson Severino Chagas** - Diretor Presidente

Com o **VALOR DIGITAL**, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

**ACESSE: VALOR.COM.BR**

### edp EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

CNPJ/ME nº 02.302.100/0001-06 - NIRE nº 35.300.153.235

COMUNICADO

A EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., em conformidade com seu Contrato de Concessão de Distribuição nº 202/98 - ANEEL e com o que dispõe a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 e suas respectivas alterações, com o objetivo de dar transparência e publicidade aos projetos realizados e colher subsídios para a elaboração de novos projetos, convida universidades, entidades de classe, conselho de consumidores, parceiros, clientes e sociedade em geral para, através de Audiência Pública, fornecer informações adicionais sobre os Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Audiência Pública será realizada entre os dias 24 a 31 de março de 2023, via internet, através do site [www.edp.com.br](http://www.edp.com.br). As contribuições para os temas e projetos propostos poderão ser encaminhadas eletronicamente para a EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. nos endereços eletrônicos: [eficiencia@edpbr.com.br](mailto:eficiencia@edpbr.com.br) e [pesquisae desenvolvimento.distribuicao@edp.com.br](mailto:pesquisae desenvolvimento.distribuicao@edp.com.br), respectivamente, ou para Av. Cassiano Ricardo, 1973, CEP: 12240-540, Jd. Alvorada, São José dos Campos-SP, aos cuidados do Programa de Eficiência Energética ou Pesquisa & Desenvolvimento.

### CLARO S.A.

CNPJ/ME nº 40.432.544/0001-47 - NIRE nº 35.300.145.801

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da CLARO S.A. (“Companhia”), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que se realizará na sua sede social, situada na Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110, Cidade e Estado de São Paulo, no dia 01 de abril de 2023, às 10:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Exame, discussão e aprovação do “Protocolo de Justificação de Incorporação da Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. pela Claro S.A.” celebrado em 23 de março de 2023 entre as administrações da Companhia e da Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Jonava”), o qual estabelece os termos e condições da proposta de incorporação da Jonava pela Companhia (“Operação”); (II) Ratificação da nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., empresa especializada que elaborou o laudo de avaliação para fins da Operação; (III) Aprovação do laudo de avaliação para fins da Operação; (IV) Aprovação da Operação nos termos do Protocolo e Justificação, observado que tal Operação não implicará em aumento do capital social da Companhia; e (V) Autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação e formalização da Operação. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 31 de março de 2023, até as 18:00 horas. (b) A documentação relativa aos itens da ordem do dia encontra-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.

São Paulo/SP, 23 de março de 2023

**Daniel Hajj Aboumrad** - Presidente do Conselho de Administração

Com o **VALOR DIGITAL**, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

**ACESSE: VALOR.COM.BR**